

Ata Final da Reunião – Aprovada pelo GMAC

Conselho Consultivo de Modernização da Rede Elétrica (sigla em inglês: GMAC)

ATA DA REUNIÃO

Quinta-feira, 14 de dezembro de 2023, 13h às 16h

Reunião híbrida

Conselheiros presentes:	Kelly Caiazzo, Sarah Bresolin Silver, Larry Chretien (virtual), Sarah Cullinan, Mary Knittle (virtual; representando Marybeth Campbell), Jeremy Koo (virtual; representando Julie Curti), Amy McGuire (virtual), Comissária Elizabeth Mahony, Kyle Murray, JS Rancourt (virtual), Jonathan Stout, Andy Sun (virtual), Dirk Lauinger (virtual; representando Andy Sun 13h30 – 16h), Kate Tohme, Kathryn Wright (virtual)
Conselheiros ausentes:	Alex Worsley
Conselheiros não votantes:	Carol Sedewitz (National Grid), Digaunto Chatterjee (Eversource), Kevin Sprague (Unitil)
Funcionários do DOER presentes:	Aurora Edington, Julia Fox, Sarah McDaniel
Consultores presentes:	Paul Alvarez, Jennifer Haugh, Dennis Stephens, Tim Woolf
Outros participantes:	Erin Engstrom (Eversource)

1. Abertura da sessão

A Comissária Elizabeth Mahony, como presidente, iniciou a reunião às 13h02.

2. Saudações, chamada nominal e pauta

Comissária Elizabeth Mahony, Department of Energy Resources (DOER): A Comissária Mahony agradeceu a todos os participantes na reunião do GMAC e fez a chamada nominal para membros votantes e não votantes. Nenhum acréscimo ou alterações à pauta foram sugeridos. A Comissária procedeu à pauta proposta (slide 2).

3. Revisão de ata da reunião e votação

A Comissária Elizabeth Mahony perguntou se havia alterações sugeridas para as atas das reuniões do GMAC de 9 de novembro de 2023 e 16 de novembro de 2023. A Conselheira Kelly Caiazzo solicitou uma alteração de pontuação na página 8 da ata de 16 de Novembro (“Se o apêndice precisar ser estruturado...”). O Conselheiro Kyle Murray propôs a aprovação das atas de 9 e 16 de novembro de 2023. A Conselheira Kate Tohme apoiou a proposta. A proposta foi aprovada com abstenção de Mary Knittle.

A Comissária Mahony perguntou se havia alterações sugeridas para a ata da reunião de 17 de novembro de 2023. Não houve sugestões. O Conselheiro Kyle Murray propôs a aprovação da ata da reunião do Comitê Executivo de 17 de novembro de 2023; a Conselheira Kelly Caiazzo apoiou. A proposta foi aprovada com abstenção da Conselheira Sarah Bresolin Silver.

4. Extensão do estatuto do Grupo de Trabalho de Equidade (EWG)

A Comissária Elizabeth Mahony começou a apresentar o conteúdo do slide 4. O Conselheiro Kyle Murray sugeriu que a discussão fosse adiada até que a Presidente do EWG, Kathryn Wright, chegasse à reunião. A Comissária Mahony concordou.

5. Revisão das sessões técnicas da EDC

Erin Engstrom da Eversource apresentou os slides 5 a 9 a respeito dos workshops técnicos do grupo de empresas. Ela também divulgou informações sobre o workshop técnico adicional como parte do Grupo de Revisão de Padrões Técnicos (Technical Standards Review Group). O feedback será inserido no Plano de Modernização do Setor Elétrico (Electric-Sector Modernization Plan, ESMP) a ser enviado no final de janeiro.

Comissária Elizabeth Mahony, Department of Energy Resources (DOER): Você afirmou várias vezes que o feedback será incorporado; vocês estão produzindo um relatório ou revisão com o GMAC?

Erin Engstrom: Sim. Nós enviaremos como anexo e também no site.

Comissária Elizabeth Mahony: Até o final de janeiro?

Erin Engstrom: Não, nas próximas semanas. Estamos também disponibilizando aos [facilitadores] Jan Besser e Jonathan Raab.

Conselheiro Kyle Murray, Acadia Center, representando a comunidade de defesa ambiental: Você recebe algum feedback diferente daquele que nós oferecemos?

Erin Engstrom: Sim. Um dos temas levantados é que os planos são muito técnicos, e muitos stakeholders conhecem muito o setor de energia e fizeram ótimas perguntas. Há muitas perguntas sobre a geração; nós temos esses planos grandiosos, e as perguntas são sobre “de onde vamos obter essa energia”. Quanto ao envolvimento dos stakeholders, acho que foi ótimo ter grupos mistos de discussão de cada setor trazendo suas prioridades à discussão, como o pessoal do trabalho e treinamento da força de trabalho. Nós tentamos aprofundar um pouco os pontos desafiadores e

stakeholders comunitários que devemos incorporar em nossa construção de pensamento. Uma pessoa relatou os desafios de uma subestação. Ela está lá e temos preocupações estéticas ou haveria algo mais a se avaliar? Não existe uma resposta direta. As EDCs estão considerando desigualdades históricas e tendo uma compreensão de quais os impactos para as comunidades e como explicar a necessidade disso naquela área. Nós tivemos feedbacks similares em geral, mas foi bacana ouvir diferentes grupos de pessoas.

Conselheira Kate Tohme, New Leaf Energy, representando a indústria de energia renovável de geração distribuída: Como se trata de uma situação específica, vocês estão considerando usar apresentações ou sessões técnicas para o departamento?

Erin Engstrom: Eu teria que verificar com meus colegas de outras EDCs, mas acho que isso faria muito sentido.

A Engstrom propôs a reestruturação da Seção 3, em concordância entre as EDCs, alterando o fluxo daquela parte dos ESMPs. Um dos maiores desafios foi incorporar as recomendações do Grupo de Trabalho de Equidade em nossa estrutura atual; as propostas de alteração visam abordar esse tema.

Comissária Elizabeth Mahony: Apenas para esclarecimento, são experiências fundamentais extraídas do envolvimento dos stakeholders.

Erin Engstrom: Sim, as seções 3.3 e 3.4, incorporando o que faríamos com essas conclusões.

Comissária Elizabeth Mahony: Você poderia nos apresentar um pouco o conceito de como vocês estão lidando com clientes e parceiros da comunidade, envolvimento comunitário e transparência?

Erin Engstrom: O último ponto tem a ver com como abordamos de forma distinta as comunidades e municipalidades. O envolvimento comunitário justificou sua própria seção.

Conselheiro Kyle Murray: Você veria grupos de trabalho de stakeholders propostos e vigentes na seção 3.5 ?

Erin Engstrom: Novos grupos de trabalho de stakeholders propostos iriam para a seção 3.5; o envolvimento de stakeholders vigentes iria para a seção 3.3 ou 3.4.

Tim Woolf, Synapse: Haveria outras seções que vocês proporiam reestruturar?

Conselheiro Digaunto Chatterjee, representando a Eversource: No momento, não.

Erin Engstrom: Não para este plano. Não tivemos tempo o suficiente. Estamos trabalhando para incorporar todas as recomendações.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Este é um caso especial.

Comissária Elizabeth Mahony: Alguém tem objeções a esse respeito para este plano?

Ninguém objetou.

6. Extensão do estatuto do Grupo de Trabalho de Equidade

Comissária Kathryn Wright, Barr Foundation, representando a comunidade de justiça ambiental:

O principal objetivo por trás das alterações propostas é dar ao grupo uma chance de comentar sobre os materiais apresentados ao Departamento de Utilidades Públicas. Isto daria mais flexibilidade a este grupo.

O Conselheiro Kyle Murray propôs e o Conselheiro Jeremy Koo propôs alterar o estatuto do Grupo de Trabalho de Equidade conforme apresentado ao conselho. A proposta foi aprovada com abstenção de Dirk Lauinger.

7. Revisão do processo do GMAC 2023

Jennifer Haugh, GreenerU, apresentou os slides 16 a 25.

Comissária Elizabeth Mahony: (ref.: reunião conjunta do CETWG) Nós realizamos aquela reunião porque a legislação a direcionou. De fato, houve alguns resultados, no sentido de que uma das seções daquele grupo de trabalho está incluindo que terão uma seção sobre planejamento de distribuição. É um grupo de trabalho de transmissão, então a distribuição não é de fato o foco deles, então estão incluindo a partir de nossa discussão e do que fizemos aqui.

Conselheira Sarah Cullinan, Massachusetts Clean Energy Center, representando o Massachusetts Clean Energy Center: Tenho uma pergunta sobre esse último ponto: as descobertas deles foram disponibilizadas?

Comissária Elizabeth Mahony: Sei que uma das coisas com as quais tivemos dificuldades era não ter informações suficientes sobre os custos, ao passo que o CETWG trabalha em custos de transmissão separadamente. Então, eu não sei. Quando faço essa leitura, é o que consigo extrair. Tivemos dificuldades por não ter informações suficientes.

Conselheira Sarah Cullinan: Da maneira que é apresentado, pode ter sido disponibilizado depois, mas não é algo que chegamos a avaliar como GMAC.

Comissária Elizabeth Mahony: Nós nunca chegamos a obter, e creio que existe uma declaração de Digaunto Chatterjee de que os dados associados aos investimentos nos ESMPs estariam provavelmente um ano defasados, de modo que as conversas que tivemos com este grupo foram de alto-nível e teóricas, porque não estávamos trabalhando com os dados necessários.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Os dois processos atuaram em silos, falando em retrospecto. Nós focamos aqui no GMAC em construir um modelo gradual da implicação do CECF nos planos de construção, plataformas e custos. O CETWG veio abordando de um ângulo diferente com energia eólica offshore, transmissão teórica e declarações de política. Se fosse de fato algo entrelaçado, algo que esperamos um dia obter, poderíamos observar o futuro da eletrificação e energia solar: agora vamos solucionar o projeto de transmissão necessário para integrar tudo. Essa parte levaria um ano

ou mais. A legislação previu que seria em sincronismo, acho, mas os processos subjacentes implicam que isso não é possível. Talvez possamos fazer isso no próximo ciclo.

Comissária Elizabeth Mahony: No próximo ciclo provavelmente não haverá um CETWG, mas sempre teremos a ISO-NE.

Conselheira Sarah Cullinan: Talvez pudesse ser um grupo de trabalho do GMAC?

Comissária Elizabeth Mahony: Talvez sim!

Comissária Elizabeth Mahony: (ref.: Grupo de Trabalho de Equidade / “O público, não as EDCs, deveria impulsionar a discussão sobre equidade.”) Esta não é uma crítica do grupo de trabalho, mas é o que deveria estar acontecendo e deveria estar levando para as EDCs.

Conselheiro Larry Chretien, Green Energy Consumers Alliance, representando consumidores de baixa e média renda: Esse teria sido meu comentário. Meu ponto basicamente era que nos apoiássemos nas EDCs para nos fornecer informações técnicas e status do que ocorre na geografia deles, como está a operação das subestações, linhas, DERs e é isso que eles saberiam. Equidade é um princípio de política ou meta; é uma ética e penso que os stakeholders e o público devem ser impulsionados pela Administração Healey e stakeholders aqui. Sempre critico as EDCs, mas não acho que o trabalho deles inclui fazermos perguntas abertas sobre como tornar tudo mais igualitário. Como você define equidade? Nós temos que dizer a eles o que queremos, por que queremos e perguntar como eles podem produzir naquela área.

Conselheiro Jonathan Stout, Dana-Farber Cancer Institute, representando clientes finais industriais e comerciais de grande porte: (ref: “nível de concordância”) Quanto ao segundo delta, ao preencher isso com esforços para não ocorrer duplicidade, parece que o tema não foi tão abordado nas conversas quanto o que temos no documento de observação.

Conselheiro Sarah Bresolin Silver: Eu me pergunto se o exercício de nível de concordância foi útil para eles.

Conselheira Carol Sedewitz, National Grid: Acho que foi útil, e nos ajudou a focar em quais respostas e em como poderíamos responder mais rápido. Toda recomendação que foi emitida implica que teremos que responder, mesmo que não tenha havido acordo no GMAC. Mas foi útil compreender o quanto o GMAC estava alinhado.

Conselheira Sarah Bresolin Silver, ENGIE North America, representando a indústria de armazenamento de energia: É bom saber disso. Eu não achei útil por pensar que tinha um bom senso sobre onde estavam as dificuldades das pessoas, mas se é útil para as prestadoras de serviços, ótimo. De outro modo, não achei útil.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Respondendo a isso, o motivo por ser muito útil é que por trás de Carol e eu existem dezenas de funcionários na Eversource e National Grid que estão trabalhando ativamente e não estiveram na sala, então é importante que eles compreendam o que aconteceu. A quantidade e o tempo associados a isso por parte das EDCs é que somos humanos, pessoas reais trabalhando nisso. Penso que, mesmo nós falando tanto sobre os membros do GMAC em relação a todo o trabalho que fizemos, precisa haver algum reconhecimento do esforço em tempo integral por

parte das EDCs e funcionários. O curto prazo foi um desafio para todos e precisamos reconhecer isso também, pois foi muito trabalho em pouco tempo. Muito foi solicitado às EDCs e penso que nós entregamos. O esforço das equipes foi significativo.

Conselheira Kate Tohme: Obrigada, Digaunto Chatterjee e a todos pelo trabalho dedicado. Todos aqui na sala reconhecem isso. Retornando ao nível de concordância, eu não fui totalmente clara em relação à utilidade disso, apenas para que as EDCs vissem como os membros do GMAC estavam alinhados ou o DOER também estava utilizando-o para detalhar as recomendações que os consultores estavam usando. Estou interessada em aprender mais sobre isso e como esse processo poderia ser melhorado quanto às recomendações e processos, já que foi menos agradável para mim como membro do conselho. Eu me preocupo por que, devido ao volume de recomendações sobre isso e ao documento Word, a atenção necessária para torná-los importantes não tenha sido possível devido à capacidade limitada dos membros do conselho. Um motivo foi que os membros do conselho fizeram perguntas, observações e recomendações, então possivelmente poderíamos ter usado somente o nível de concordância sobre tudo e teríamos economizado tempo. Talvez seja importante apenas dizer se você discorda ou concorda totalmente. Eu me vejo concordando com quase tudo, e talvez fosse mais importante conferir se não concordássemos.

Comissária Elizabeth Mahony: Acho que o DOER usou o nível de concordância para atravessar o processo de maneira mais digestível.

Aurora Edington, funcionária do DOER: Acho que foi fundamental em nos ajudar a concluir a planilha final na última reunião. Em uma semana e meia nós formos de 74 para 88 recomendações e estávamos preocupados quanto a atender a lei de reuniões abertas e transparência, não tendo tempo suficiente para analisar cada ponto. Destacar as áreas de desacordo informou diretamente nossa abordagem. Se os membros não eram unânimes em relação a um tópico, nós abordávamos pessoas específicas onde havia indicações de que eles não dariam o suporte conforme redigido, ou se algo se mostrava em duplicidade. Foi um exercício de 48 horas entre aquele prazo e a reunião de quinta-feira, então foi bastante útil para nós.

Conselheira Kate Tohme: Eu prefiro não dispensar toda essa utilidade. Eu cortaria perguntas se compararmos às observações e recomendações.

Conselheiro Kyle Murray: Eu também achei a parte mais difícil devido ao tempo. Muitas recomendações que eu não entendi necessariamente à primeira vista o que estava sendo proposto e gostaria de pesquisar mais, mas devido ao tempo a ideia de concordar ou discordar soa adequada. Para o futuro, seria uma boa ideia ter tempo adicional para verificar os pontos, solucionaria muitas dificuldades daquela seção.

Conselheiro Sarah Bresolin Silver: É evidente que temos que manter, considerando que tantas pessoas acham importante. Eu só quis ter certeza de que era de fato importante.

Comissária Elizabeth Mahony: É por isso que quisemos fazer a pesquisa, já que o próximo ciclo é em quatro anos e não lembraremos tudo isto.

Conselheiro Kyle Murray: (ref.: questões adicionais para discussão) Mais uma coisa, nós estávamos obviamente com um cronograma apertado. O estatuto não impõe que devemos iniciar em determinado momento, então da próxima vez nós podemos iniciar mais cedo. Só para verificar se não precisaremos de alterações no estatuto na próxima vez.

Comissária Elizabeth Mahony: Os 80 dias podem ser mantidos, então talvez devêssemos pensar a respeito. Nós começamos este corpo somente em 31 de março, acabou sendo um pouco difícil para todos nós e houve uma mudança na administração. Na próxima vez, teremos menos destes problemas.

8. Departamento de Utilidades Públicas (DPU) - 2024 - Processos

A Comissária Mahony apresentou os slides 26 a 28.

Conselheira Kate Tohme: (ref.: avançado para os processos de ESMP) Acho que o conteúdo do memorando era sobre Membros do GMAC ou entidades que tinham seus interesses representados no GMAC. Para aqueles que estão ouvindo, não tenho certeza de como o DPU interpreta isso, mas se você acha que seus interesses foram representados por um membro do GMAC, você se enquadrará no grupo geral.

Conselheiro Larry Chretien: (ref.: função de consultor do GMAC 2024) - Obrigado, é um ótimo equilíbrio a ser alcançado. Será muito importante para todos nós no GMAC e para o público geral buscando boas informações, e quanto a se eles vão querer participar ainda mais do processo. É um uso adequado de tempo e recursos.

Conselheiro Jeremy Koo, Metropolitan Area Planning Council, representante municipal de interesses regionais: Eu concordo com o Conselheiro Chretien e concordo que se trata de ótimos exemplos de suporte adicional dos consultores. Eu diria que enquanto o pessoal está tentando envolver municipalidades por toda a Comunidade e mantê-la informada do processo, nós apoiamos fortemente nas informações para digerir e traduzir essas informações para os stakeholders, então um suporte adicional no mesmo sentido e uma análise de terceiros seriam muito importantes para os esforços de engajamento.

Conselheira Sarah Cullinan: Eu tenho uma pergunta para esclarecimento: a análise de impactos do contribuinte e custo-benefício seria uma versão separada totalmente independente? Eu ainda não vi algo semelhante partindo das EDCs; não está disponível para nós algo para ser encaminhado com os planos, então deve haver uma versão para isso. A proposta é que os consultores façam de modo independente ou utilizem essas análises, digerindo-as se apresentando o que as EDCs fizeram?

Comissária Mahony: O processo sempre previu que os consultores se apresentariam para nós em fevereiro mostrando uma análise do que foi protocolado, incluindo análises de custo-benefício e AIR. Nós estamos sugerindo outra camada e pedindo aos consultores que apresentem um ACB e uma opinião neutra de terceiro para o GMAC.

Conselheira Sarah Cullinan: Isto incluiria uma análise do contribuinte?

Tim Woolf: Pode ser bastante simples de fazer; depende do que foi protocolado. Pode ser uma crítica.

Comissária Elizabeth Mahony: Seria baseado no que seria registrado, não interrogatórios e informações adicionais.

Conselheira Carol Sedewitz: Apenas querendo esclarecer se o trabalho seria feito, apresentado para o GMAC, mas não utilizado por nenhuma das entidades do GMAC? Porque eles não poderiam fazer por tratar-se de um procedimento em aberto para que aquele trabalho seja financiado; alguns são intervenientes.

Conselheira Sarah Cullinan: Teria que ser apresentado como evidência.

Conselheira Kate Tohme: O pessoal do DPU *ex-parte* na sala e todas as outras partes não presentes, mas se os membros do GMAC forem intervenientes, não vejo por que o *ex-parte* existir.

Conselheira Carol Sedewitz: Eu me refiro ao financiamento para o trabalho.

Comissária Elizabeth Mahony: O financiamento vem do que é aprovado pelo departamento para que os consultores trabalhem em nome do GMAC, e não em relação a uma capacidade do interveniente.

Conselheira Carol Sedewitz: Então os intervenientes não poderiam usar essa informação?

Conselheira Kate Tohme: Será postado e publicado, então poderia ser usado.

Tim Woolf: Podemos abordar essa questão. Minha interpretação é que as análises dos consultores não poderiam ser usadas por membros específicos do conselho, mas poderiam ser usadas pelo conselho como um todo. É um pouco ambíguo.

Carol Sedewitz: Bem pensado; eu vou ter que verificar.

Conselheira Kate Tohme: Gostaria de saber se já consideramos ou se vamos considerar perguntar ao DPU se o GMAC como um órgão poderia participar. Não tenho certeza se podemos redigir um parecer ou ter representação por testemunha ou fazer perguntas em uma audiência probatória, mas como grupo podemos elaborar solicitações de informações a serem apresentadas na descoberta. Teríamos que consultar o DPU.

Comissária Elizabeth Mahony: Do ponto de vista prático, como funcionaria? O DOER participará como interveniente, então teremos que ter nosso gerenciamento. Como o GMAC seria gerenciado?

Conselheira Kate Tohme: Com assistência dos consultores, solicitação de intervenção especial e elaboração de perguntas durante o processo de descoberta. Há muitas questões postuladas pelo GMAC nas recomendações, e esperamos que respondidas nas protocolizações iniciais e descoberta dos intervenientes. Não tenho certeza se temos capacidade disponível, mas acho que demanda bastante tempo e gastos para intervir, de modo que muitos não têm a oportunidade. Eu me pergunto

se haveria espaço para o GMAC como um órgão participar dos procedimentos adjudicatórios de uma maneira limitada inovadora.

Conselheiro Sarah Bresolin Silver: Meu comentário não é sobre a função dos consultores, mas sobre o processo do DPU. Quero acrescentar que muitas pessoas falaram sobre a intervenção por parte de vários membros do GMAC, mas conforme Kate acabou de dizer, é um procedimento muito caro e demanda tempo, então não tenho certeza se haverá tantos membros intervindo. Estou curiosa para saber.

Conselheiro Kyle Murray: Retornando a análise custo-benefício e se ela poderá ou não ser usada pelos interventores, os consultores prepararam um material durante o processo para o GMAC, e eu vou intervir. Há algumas coisas que provavelmente eu vá usar durante o processo. Então, acho que a pergunta é sobre o cronograma, e o processo já começou, então estamos tentando interrompê-lo? Essa é minha preocupação. Eu reconheço que se trata de uma área um pouco nebulosa. Seria possível que pudéssemos buscar com antecedência uma opinião do DPU quanto a se é ou não permitido?

Comissária Elizabeth Mahony: Agora estamos entrando nos argumentos jurídicos. Entendo que os consultores foram contratados para dar suporte ao GMAC.

Conselheira Carol Sedewitz: Conforme você pensa a respeito do assunto, se o GMAC está agindo assim e as EDCs são membros não votantes, como isto funciona é uma questão que precisa ser analisada.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Faço aqui uma observação mais filosófica: a Lei do Clima foi redigida para reunir os interesses amplos de todos os setores, para trabalharem juntos e aconselhar as prestadoras de serviços quanto aos benefícios líquidos, impacto nos contribuintes, planos etc. Devido ao cronograma, os últimos não foram feitos por tempo adequado e o GMAC não sabe de fato quais recomendações neste ponto vão ou não ser incorporados ao ESMP. Mas se deixarmos esta questão de lado por um instante, a ideia do GMAC era aconselhar as EDCs em relação aos planos delas, então quando o GMAC aconselha em relação aos planos, há um sentimento implícito de que o GMAC aconselhou o ESMP. Então, se o GMAC agora é o que fazemos como um grupo, não como intervenientes individuais, isso cria uma área cinzenta em uma área que era branca ou preta. Eu não acredito fundamentalmente que o papel era que todos iríamos trabalhar ativamente uns contra os outros em um procedimento adjudicatório como o órgão do GMAC — o objetivo era ter mais consenso incluso até o momento da entrega do processo. No entanto, se vamos contratar entidades independentes para o envio de análises independentes, acho que isso pode ser feito fora do GMAC. Mas o papel do GMAC era bem maior do que esse.

Comissária Elizabeth Mahony: Dois pontos. Primeiro, o papel do GMAC não termina quando enviamos nossas recomendações, e certamente teremos reações nestas reuniões e fora dela com base no que foi protocolado em 29 de janeiro. Mas eu fui informada de que, voltando à questão da Kate sobre como os consultores ajudam o GAMC, se o GMAC tiver permissão para solicitar descobertas, não está no contrato deles dar suporte ao GMAC em uma adjudicação de ESMP. Não podemos nos basear nisso, mas podemos continuar a nos basear na ideia de que eles façam o que propusermos e naquilo que o DUP pode fazer. Porém, este passo a mais processual não é permitido do ponto de vista contratual. Mas a questão fundamental quanto a se o GMAC deveria solicitar descobertas ainda não está clara.

Conselheira Sarah Cullinan: Meu ponto se refere a ser um interventor limitado, paralelo ao EEAC, e apenas tentando imaginar como isso seria encaixado. Não está claro, mas acho que pode haver um paralelo em ser um guia útil para a função do GMAC.

Conselheira Amy McGuire, Highland Electric Fleets, representando a indústria de veículos elétricos: Eu gostaria de levantar uma questão ou comentário sobre a informação de Kyle no sentido de que eles planejam intervir. É fato que nem todos o farão. Há uma alta probabilidade de que um subconjunto de membros do GMAC atuaria junto de maneira coletiva e potencialmente interviriam juntos. A minha dúvida é: isso é algo que deveria ser abordado totalmente fora deste grupo ou, considerando os comentários anteriores, devemos abordar isso como algo provável de acontecer e portanto determinar como poderia ou deveria funcionar como um grupo? E se haveria regras favoráveis ou contra, a respeito de quais informações podemos usar etc.?

Comissária Elizabeth Mahony: O que você está propondo é que membros do GMAC em suas atividades profissionais decidam se reunir e intervir, porque você representa seus interesses profissionais. Enquanto estiver agindo assim, tudo certo.

Conselheiro Kyle Murray: Não me sinto muito confortável com a ideia de um órgão contemplando intervenção. Não tenho certeza se isso já foi feito antes, e não acho que exista um precedente. Não significa que não pode ser feito. Em uma primeira análise, não me sinto confortável pensando na ideia para elaborar estratégias a respeito de uma intervenção processual, pois poderia causar problemas.

Comissária Elizabeth Mahony: Você fala com relação a caso os membros se reúnem para intervir como um grupo do GMAC?

Conselheiro Kyle Murray: Sim, em utilizar a ideia para elaborar uma estratégia. Fora deste órgão, os membros conversam uns com os outros, mas usar isso como uma forma de falar sobre intervenção não parece apropriado. Eu também queria abordar o argumento de Digaunto, no sentido de que você viu como uma análise e portanto estamos além deste ponto. Não é assim que o EEAC opera. Eles oferecem as recomendações e ocorre uma análise da implementação conforme tudo evolui. É assim que vejo este papel. Continuaremos a nos reunir para ver como o plano está sendo implementado e apresentar recomendações durante o processo para modificações de médio prazo.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Não estou discordando, mas sugeri esse processo porque foi tudo tão limitado que a revisão não recebeu tempo suficiente antes de ser oficialmente protocolada. Em um contexto utópico, todas as recomendações do GMAC modelaram os ESMPs para o que tem sido. Então, nesse cenário utópico, não vejo o GMAC tentando ativamente remodelar tudo face ao processo adjudicatório porque estiveram totalmente envolvidos.

Conselheiro Larry Chretien: Posso entender que as informações do GMAC não podem ser apresentadas como intervenientes?

Comissária Elizabeth Mahony: Não. O DPU fala sobre o trabalho em andamento dos consultores e a tentativa de definir alguns limites. Mas, como foi observado, os regulamentos do DPU permitem que terceiros peçam ao DPU para tomarem conhecimento de documentos disponíveis publicamente. Obviamente, nós temos um site muito robusto com muitos desses documentos. Então, trata-se de um

ponto que foi levantado.

Conselheiro Larry Chretien: Acho que sim. Talvez eu peça a nosso conselho para pedir esclarecimentos sobre o assunto. Quanto ao interesse público, seja em relação a um consultor ou qualquer outra pessoa, se está em um site público, é lícito. Obviamente, uma que vez que você os apresente no processo de descoberta, cabe ao DPU determinar se faz sentido e se é válido e produtivo em relação ao objetivo principal. Vamos tentar esclarecer isso, seja em relação ao trabalho do consultor ou outros cenários.

Comissária Elizabeth Mahony: Quero observar que foi útil retornar à motivação de termos feito essa sugestão, há muitas informações disponíveis, muitas páginas e achamos que uma análise seria importante para o público geral e para o GMAC. É por isso que sugerimos. Tendo vivenciado várias adjudicações, sempre que você traz informações externas, estarão sujeitas a uma análise cruzada. É um processo com suas sutilezas. O principal é ter transparência e outra camada de informações disponíveis.

Conselheiro Sarah Bresolin Silver: Presumo que o DPU vá reconhecer quanto trabalho que nós dedicamos para o relatório, quanto tempo dedicamos, e me pergunto se haveria algo que devemos estar fazendo como conselho para garantir que o relatório seja influente como um processo.

Comissária Elizabeth Mahony: O estatuto exige que as empresas prestadoras de serviços abordem todas nossas recomendações e informem ao DPU quais foram aceitas, rejeitadas ou modificadas. Então é responsabilidade do DPU observar isso e das empresas em evoluir adequadamente. Não se trata de a gente estar num pedestal dando ordens de cima para baixo, é apenas parte do estatuto. Este foi o plano do consultor. Foi uma ótima discussão; a única questão em aberto é sobre como o GMAC pode fazer solicitações por meio da descoberta.

Conselheira Kelly Caiazzo, Procuradoria-Geral representando a Procuradoria-Geral: Presumo que teríamos que nos reunir se fôssemos enviar algo.

Comissária Elizabeth Mahony: Teríamos que informar o status de participante até 30 de janeiro e então temos a questão de quem iria protocolar. Kate teria alguma ideia?

Conselheira Kate Tohme: Se for muito complicado, é só uma ideia. É algo que podemos contemplar para o próximo ciclo do ESMP. Há muitas questões e não foi exigido que todas fossem respondidas; o DPU possui limitações de pessoal e recursos. Vai ser difícil para indivíduos e entidades com tempo disponível para terem conhecimento e compreensão poderem participar, então estou tentando pensar uma forma de o GMAC poder participar e atuar como um recurso para além das recomendações que já foram apresentadas. Talvez seja muito difícil fazer para este caso.

Comissária Elizabeth Mahony: Eu diria que não sei como resolver essa questão agora, mas acho que vamos verificar quem solicita intervenção e isso faz parte de seu cotidiano profissional. Telefone para um amigo e destaque pontos para outros colegas que entrevistaram.

Conselheira Carol Sedewitz: (ref.: proposta de agendamento de reunião do GMAC) Uma reação quanto à programação para as EDCs, considerando que é um processo em aberto, é que poderíamos estar em modo híbrido/remoto em vez de estar aqui apenas para manter as coisas justas e transparentes, reconhecendo que vamos ouvir, mas talvez não possamos comentar.

Comissária Kathryn Wright: Quero apenas esclarecer que o suporte dos consultores continuará para o Grupo de Trabalho de Equidade. O EWG estava interessado em análises de impactos nos contribuintes e custos particularmente protocoladas no DPU, então estou tentando garantir que teremos este suporte nesse processo também.

Comissária Elizabeth Mahony: Sim, os consultores estarão disponíveis como estiveram no passado para o EWG, e teremos que pensar em quais etapas serão evoluídas quanto às análises que eles possam elaborar. Mas continuaremos revisitando esse tópico para garantir que estejamos consistentes em relação ao DPU.

Conselheiro Kyle Murray: Para a reunião de meados de fevereiro, seria 11 de fevereiro o mais provável? Estou tentando pensar em como agendar.

Comissária Elizabeth Mahony: O desafio é dar tempo suficiente para que os consultores analisem o que está em arquivo no dia 29, e muitas pessoas terão que considerar férias escolares em fevereiro. Falamos meados, mas pode ser no final.

Aurora Edington: Podemos lançar uma pesquisa para ver em relação a meados de fevereiro até a primeira semana de março, bem como quanto a outras datas.

Comissária Elizabeth Mahony: Podemos verificar as semanas de 12 até 26 de fevereiro, considerando sempre a pausa de fevereiro. A pesquisa é uma boa ideia.

Paul Alvarez, The Wired Group: Estou aqui pensando, podemos considerar ter duas reuniões sobre o processo, porque se pudermos fazer perguntas, pode ser necessário tempo para coletar respostas e apresentar outra atualização da revisão inicial. São apenas algumas ideias.

Comissária Elizabeth Mahony: Acredito que decidimos que isso não vai acontecer desta vez.

9. Recomendações para futuros processos de ESMP

Woolf apresentou os slides 30 a 64 para resumir processos de modelagem de rede similares em outros estados.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Illinois acaba de rejeitar um plano de modernização de rede. Não sei se essa abordagem informal funciona. Talvez estejamos em situação melhor aqui. O que o resto do país está fazendo?

Tim Woolf: Os estados estão fazendo análises custo-benefício. Nós analisamos 21 estados. Nós verificamos alguns tópicos, em relação à sua questão sobre Illinois, muitos planos foram rejeitados pelas Comissões. Está acontecendo, mas os desafios enfrentados por todos são significativos. Nós não vimos um avanço muito claro fora daqueles estados. Talvez seja muito generalizado.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Se você observar as taxas mais altas das jurisdições, seria bom ter os outros 21 estados onde as taxas possam ser mais acessíveis e com impacto mais significativo nas emissões de gás de efeito estufa e como eles estão abordando as ACBs.

Tim Woolf: Usar os preços dos estados como um guia para o que está acontecendo é perigoso, porque há muito por trás desses custos que é difícil de correlacionar.

Comissária Elizabeth Mahony: São estados com políticas climáticas limpas, não apenas em termos de desenvolvimento de energia limpa. Mas, assim como nós, eles estão enfrentando dificuldades.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: O planejamento gás-elétrico é muito incipiente. Vocês observaram alguma daquelas jurisdições fazendo a integração?

Tim Woolf: Talvez vocês saibam, recentemente Illinois implementou um processo de planejamento de gás e requisitos, eu não sei o quanto foi integrado com a modernização da rede, mas não creio que não tenham feito nada. Trata-se tipicamente daqueles estados com metas de mudança climática elevadas e rigorosas.

A Conselheira Kate Tohme apresentou os slides 70 a 76.

Comissária Elizabeth Mahony: No slide 73, penúltimo item, sugiro que não temos apenas um item estático, mas em andamento.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Há uma falta de compreensão do terceiro item sugerindo que o pessoal do DPU trabalharia ativamente no processo de análise. E como eles atuariam no processo adjudicatório?

Conselheira Kate Tohme: O pessoal do DPU poderia participar no envolvimento no estágio inicial sem qualquer conflito. Mas isto é uma consideração para o pessoal do DPU. É uma recomendação procedimental para que eles considerem.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: No próximo item, vocês consideram adicionar a documentação da questão gás-elétrica?

Conselheira Kate Tohme: Sim. Faz muito sentido.

Conselheiro Kyle Murray: Em vista desse tema, talvez devêssemos contemplar a integração com Planos de Conformidade Climática extraídos da Ordem DPU 20-80. Acho que veríamos planos diferentes com a publicação da ordem 20-80. Então, seria algo sobre como a 20-80 e os ESMPs se integram.

Conselheira Kate Tohme: Com base no requisito estatutário para o GMAC, o DPU deveria considerar como o processo pode ou não ser expandido. Talvez não um requisito, mas seria útil ter diretrizes de procedimentos para nos informar como eles são expandidos. De minha perspectiva, o estatuto exige envolvimento mínimo e não proíbe um engajamento adicional.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: (ref.: slide 74) O último item é o único com o qual tenho dificuldades, porque é necessário, mas como consideramos a ISO-NE, bem como a natureza competitiva da transmissão? Existe algo que acompanha isso, como, mas não se limitando a, atribuição direta desses custos prudentes e camadas encobertas, ou os planos permanecem confidenciais e os custos permanecem transparentes?

Conselheira Kate Tohme: Eu recomendaria que o que está atualmente incluído nesse relatório de progresso seja discutido ou debatido.

Comissária Elizabeth Mahony: Você vai apresentar esta lista em um documento Word e compartilhar com o GMAC, permitindo comentários postados no site do GMAC e continuar essa discussão na reunião de fevereiro.

Conselheira Kate Tohme: Gostaria de perguntar se as pessoas têm alguma opinião inicial quanto a apoiarem ou serem contra o envio de comentários.

Conselheiro Digaunto Chatterjee: Eu de fato gosto da maioria deles. Eu posso adicionar gás-elétrico, coordenação para elaboração de taxas, e a ordem 20-80 especificamente pede opiniões, então talvez seja uma abertura para criar isso naquele último item.

Conselheira Carol Sedewitz: Desde que seja de fato focado em procedimentos para o próximo ESMP, acho útil. Pensando nesse cronograma, são 18 meses, mas algumas coisas que você menciona aqui, como ter alinhamento e ter a mesma formatação e os mesmos pressupostos pode levar mais de 18 meses. Você precisar dar tempo às EDCs para implementarem isso, e se forem adicionadas muito mais coisas, fica muito corrido para as EDCs providenciarem tudo. Precisamos dar tempo às EDCs para que se dediquem a uma tarefa hercúlea de análise. Não sei se 18 meses são suficientes.

Conselheira Kate Tohme: Acho que isso ajuda.

Paul Alvarez: De uma perspectiva estratégica, quero só acrescentar algumas questões relevantes para o GAMC. Eu tendo a concordar totalmente quanto a precisarmos de mais tempo. Acrescentando alguns pontos: o GMAC está revisando e analisando os planos das prestadoras ou participando mais iterativamente nas etapas que Tim delineou no processo? Em vez de esperar que seja concluído e se aprofundar, temos alguma função durante o processo? Conforme o conselho identificou, a previsão é um elemento crítico. Queremos ter participação nesta previsão bem antes que as prestadoras concluam essa previsão? Trata-se de uma questão de um processo participativo vs. pós-fato, e isso deve informar esses procedimentos de modo mais abrangente.

Conselheiro Kyle Murray: Eu gosto da ideia de enviar comentários representando um órgão. Eu preciso considerar meu caso, representarei o Acadia Center como um interveniente. Posso votar para enviar comentários no GMAC e eu mesma fazer? Há questões que temos que pensar a respeito, mas vale a pena.

Conselheiro Sarah Bresolin Silver: Eu apoio o comentário e aprecio a necessidade de considerar as regras. É algo positivo. Nós vemos a questão sob vários contextos, e acho que seria vergonhoso alguém no conselho que está intervindo com seu trabalho profissional ser impedido de participar e enviar comentários por meio do GMAC.

10. Encerramento

A Comissária Elizabeth Mahony encerrou a reunião às 15h54.

Materiais da reunião:

- Pauta da reunião
- Slides de apresentação da reunião
- Rascunho de ata para a reunião do GMAC de 9 de novembro de 2023
- Rascunho de ata para a reunião do GMAC de 16 de novembro de 2023
- Rascunho de ata para a reunião do Comitê Executivo do GMAC de 17 de novembro de 2023
- Alterações do estatuto do Grupo de Trabalho de Equidade.

Respeitosamente,
Jennifer Haugh
GreenerU